
EDUCAÇÃO FÍSICA

EDUARDO BRICHTA DAVID

**O Currículo do Estado de São Paulo nas aulas de
Educação Física escolar:
vantagens e desvantagens**



Rio Claro-SP
2012

EDUARDO BRICHTA DAVID

O Currículo do Estado de São Paulo nas aulas de Educação Física escolar:
vantagens e desvantagens

ORIENTADOR: PROFA. DRA. SURAYA CRISTINA DARIDO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Biociências da Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Câmpus de Rio
Claro, para obtenção do grau de Licenciado em
Educação Física

Rio Claro

2012

796.07 David, Eduardo Brichta
D249c O currículo do Estado de São Paulo nas aulas de educação física escolar: vantagens e desvantagens / Eduardo Brichta David. - Rio Claro : [s.n.], 2012
31 f. : il.

Trabalho de conclusão de curso (licenciatura - Educação Física) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro
Orientador: Suraya Cristina Darido

1. Educação física – Estudo e ensino. 2. Sistematização de conteúdos. 3. Propostas curriculares. 4. Formação profissional. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus e a minha família
por estarem comigo em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente gostaria de agradecer a Deus por sempre me proporcionar muita saúde, paz, realizações e conquistas na minha vida. Sem Ele eu não estaria onde estou e nada disso estaria acontecendo.

Em seguida agradecer aos meus pais, Nelson e Mirta, pois sempre estão me apoiando, aconselhando, conversando, ensinando e o principal, dedicando ao máximo para conseguir com que eu tenha uma grande carreira profissional. Eu amo vocês de uma maneira indescritível.

Outra pessoa que agradeço muito é ao meu irmão Douglas, apesar das brigas e discussões do passado, nos tornamos além de irmãos grandes amigos que com certeza fez e sempre fará um diferencial em minha vida.

Agradeço a todos os meus familiares que sempre me apoiaram e aconselharam. Obrigado pelo carinho!

Presto agradecimentos a todos os meus amigos de Osasco e Pirassununga, porque fizeram parte da minha formação inicial, sendo essenciais até hoje. Todos serão gravados com carinho na minha memória, sempre. Obrigado!

Dentre esses amigos, quero agradecer em especial o Guilherme Barbirato, porque ele é mais que um amigo, um irmão que sei que estará comigo em qualquer circunstância. Obrigado hoje e sempre!

Agradeço ao pessoal do meu ano de Educação Física, tenho um carinho enorme por cada um e torço para que todos tenham um futuro brilhante pela frente, independente do que forem realizar daqui em diante. Em especial para Ricardo, Levi, Tamires, Ana Laura, Fernanda, André, Thadeu, Paulo e Diego, os que mais estiverem próximos nesse ciclo que está se fechando.

O pessoal da república Xurupita também agradeço, três anos morando juntos e vários momentos felizes e engraçados passamos juntos. Torço por vocês. Obrigado!

Dois grupos que gostaria de agradecer e muito é o LETPEF e o PIBID, pois fizeram com que eu ampliasse meus conhecimentos, além de sempre me ajudarem nos momentos em que eu preciso. Foram e são experiências fundamentais para a minha formação profissional, com eles adquiri uma maior bagagem que servirá para o resto da minha vida. Obrigado pessoal!

Por fim, quero agradecer a minha orientadora Suraya Cristina Darido, porque me ajudou em vários momentos da minha graduação na Licenciatura, me colocando nos “eixos” para não deixar de fazer nada, explicando o que era pra ser feito e nunca me deixando na mão mesmo nos meus momentos difíceis. Obrigado querida professora, te admiro muito!

RESUMO

O objetivo do presente estudo foi avaliar os discursos presentes na literatura a respeito do Currículo do Estado de São Paulo, especificamente a proposta de Educação Física. Para isso, foi realizada uma análise das produções da área nas temáticas: propostas curriculares, Educação Física escolar e sistematização de conteúdos. Foram encontrados referenciais teóricos que apresentavam diversas vantagens e desvantagens a respeito do Currículo do Estado de São Paulo. Entre as principais vantagens encontradas pode-se perceber que há uma sequência didática significativa desenvolvida no atual Currículo do Estado de São Paulo; os materiais didáticos foram considerados fundamentais para os professores e para os alunos e percebeu-se ainda a necessidade de sistematização dos conteúdos na área de Educação Física. Já entre as principais, verificou-se que o documento é considerado autoritário, pois o professor recebe a proposta pronta e acabada; faltam recursos materiais para trabalhar os temas propostos; falta de formação profissional para os professores efetivamente terem condições de implementarem o currículo e o mesmo não considera o contexto do professor e do aluno.

Palavras-chave: Currículo do Estado de São Paulo. Sistematização de conteúdos. Educação Física escolar.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 Justificativa.....	8
1.2 Problemática.....	9
1.3 Objetivo	9
 2 REVISÃO LITERÁRIA.....	10
2.1 Antecedentes da Educação Física escolar	10
2.2 Educação Física Atualmente: a questão das tendências	11
2.3 Orientações para a Educação Física: A questão da cultura corporal	15
 3 CURRÍCULO DO ESTADO DE SÃO PAULO: CRÍTICAS E VANTAGENS.....	19
3.1 Críticas ao Currículo do Estado de São Paulo	19
3.1.1 Documento autoritário, falta de recursos materiais e de formação	19
3.1.2 O Currículo: a não consideração do contexto do professor e do aluno	20
3.2 Vantagens do Currículo do Estado de São Paulo	22
3.2.1 Sequência didática significativa	22
3.2.2 Materiais didáticos.....	23
3.2.3 Necessidade de sistematização na Educação Física.....	24
 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
 REFERÊNCIAS.....	28

1 INTRODUÇÃO

A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEESP) apresentou prescrições para o currículo da Educação Básica na rede pública estadual e nas escolas particulares sob sua jurisdição. Tais como:

a) Proposta curricular do Estado de São Paulo – com princípios e conceitos norteadores da organização curricular do Ensino Fundamental e Ensino Médio; orientações para o trabalho com áreas e suas tecnologias, indicando as competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas; b) Expectativas de aprendizagem nas séries iniciais quanto ao ensino de Língua Portuguesa e de Matemática – com objetivos, orientações didáticas e quadro de avaliações das aprendizagens nessas áreas; c) Proposta curricular, para cada disciplina, do Ciclo II do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio. (SÃO PAULO, 2008).

Em 2008, a Secretaria do Estado de São Paulo enviou às escolas públicas uma proposta curricular, a qual foi implementada de forma imediata. São materiais, como Dvd's, jornais e apostilas, que foram enviados para todas elas.

Esse projeto visou propor um currículo comum para os níveis de ensino Fundamental – Ciclo II e Médio. Com isso, pretendeu-se apoiar o trabalho realizado nas escolas estaduais e contribuir para a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos. De acordo com o documento, esse processo partiu dos conhecimentos e das experiências práticas já acumuladas, ou seja, da sistematização, revisão e recuperação de documentos, publicações e diagnósticos já existentes e do levantamento e análise dos resultados de projetos ou iniciativas realizados. (SÃO PAULO, 2008)

Com a ideia de fomentar o desenvolvimento curricular, a Secretaria de Educação tomou duas iniciativas complementares. A primeira foi o de realizar um levantamento do amplo acervo documental e técnico pedagógico existente. A segunda iniciativa iniciou-se com um processo de consulta às escolas e professores da rede de São Paulo, para identificar, sistematizar e divulgar boas práticas presentes nas escolas dessa região.

De acordo com a Proposta Curricular do Estado de São Paulo (SEE/SP, 2008), buscou-se articular o conhecimento e heranças pedagógicas com experiências escolares de sucesso, a Secretaria teve como objetivo que essa iniciativa fosse mais que uma nova declaração de intenções, e sim início de um

processo com contínua produção e divulgação de subsídios que estejam diretamente ligados à organização escolar em geral e nas aulas. Ao iniciar esse projeto, a Secretaria também buscou cumprir seu dever de garantir a todos uma base comum de competências e conhecimentos, para que as escolas funcionassem de fato com uma rede.

A Coordenadora Geral do Projeto, Maria Inês Fini, afirmou na sua apresentação na Revista do Professor – que foi distribuída em todas as escolas da rede pública estadual – que independente da escola ser da zona rural ou urbana, compreende-se que professores e alunos são únicos e que o material disponibilizado servirá de referência para as práticas em sala de aula. (SEE/SP, 2008)

Hoje, não é considerado mais “Proposta curricular do Estado de São Paulo”, e sim, “Currículo do Estado de São Paulo”. Sendo assim, segundo Saviani (2009), recebe esse nome de Currículo, porque é o conjunto de todas as disciplinas escolares, onde são selecionados conteúdos da cultura global da sociedade e organizados para fins pedagógicos.

Freire; Scaglia (2004, p.35) afirmam que “se a Educação Física pretende ser uma disciplina escolar com o *status* semelhante ao adquirido pelas demais, precisa dizer a que veio, o que ensina. Enquanto ‘engasgar’ cada vez que for questionada sobre o que pode ensinar, será considerada uma disciplina ‘marginal’”.

Sendo assim, a Educação Física nunca teve um currículo sistematizado, tornando-a uma disciplina considerada de menor valor que as demais. Esse currículo serve para direcionar o professor, como também o trabalho pedagógico escolar, além de gerar uma organização dos conhecimentos e objetivos da disciplina de Educação Física.

1.1 Justificativa

O foco deste estudo teve como base a importância de estudar as propostas curriculares, como elas avançam, são criticadas, contestadas e utilizadas pelos professores, principalmente o documento que se refere ao Currículo do Estado de São Paulo.

Sem compreender isso, ficaremos “presos” a ela, sem entender quais são as suas pretensões e faremos apenas críticas não fundamentadas. Além disso, o

estudo pode detectar e apontar quais são os seus pontos fortes e fracos, sobretudo nas questões da Educação Física na escola.

1.2 Problemática

Quais são as vantagens e desvantagens de um currículo comum às escolas da rede estadual de São Paulo? O que os demais professores da rede pública acham? Como ela é utilizada? Quais são seus avanços? Como foi realizada a seleção de conteúdos? Houve ou não a participação dos docentes na elaboração do material? Quais são os usos do professor em relação à proposta? Todos esses questionamentos são importantes para entendermos melhor a política pública do Estado de São Paulo em relação à sistematização dos conteúdos da Educação Física.

1.3 Objetivo

O objetivo do presente estudo foi avaliar os discursos presentes na literatura a respeito do Currículo do Estado de São Paulo, especificamente a proposta de Educação Física. Para isso, foi realizada uma análise das produções da área nas temáticas: propostas curriculares, Educação Física escolar e sistematização de conteúdos.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Antecedentes da Educação Física escolar

Segundo Ghiraldelli (1988), existiram cinco tendências da Educação Física no Brasil, são elas: Educação Física Higienista; Educação Física Militarista; Educação Física Pedagogicista; Educação Física Competitivista e Educação Física Popular. O ponto em comum entre elas é que foram feitas para gerar e manter a saúde do indivíduo e promover o esporte.

Educação Física Higienista

Visava à saúde, procurando formar homens e mulheres sadios e fortes. Funcionava como agente de saneamento público, para uma sociedade livre de doenças e vícios.

Educação Física Militarista

Após a Higienista, que teve seu fim em 1930, surgiu a Militarista. Visava impor à sociedade um modelo a ser seguido, segundo o qual os jovens tinham que estar aptos para o combate, luta e a guerra. Selecionava os mais capacitados para exercer as atividades. Essa Educação Física colaborava para a “seleção natural”, ou seja, os mais fracos eram eliminados privilegiando os mais fortes. Deveria promover a coragem, vitalidade, o heroísmo e a disciplina exacerbada.

Educação Física Pedagogicista

Com o fim da Militarista em 1945, surgiu a Pedagogicista, tentando colocar o valor educativo na área de Educação Física. Ela não tentava somente promover a saúde ou a disciplinarização do jovem, mas também a educação integral do aluno. As aulas como uma utilidade social, acima de lutas políticas, interesse de grupos ou classes.

Educação Física Competitivista

Em 1964, se encerrou a Educação Física Pedagogicista e surgiu a Competitivista, cujo objetivo era intimamente ligado ao nome. Visava à competição e a superação individual de acordo com a sociedade moderna. A Educação Física

como esporte de alto rendimento, alto nível. Possuiu grande influência dos meios de comunicação, os quais davam enfatizavam bastante os esportes.

Educação Física Popular

Essa Educação Física surgiu contrapondo todas as anteriores, em que se procurava a solidariedade, a ludicidade, buscando promover uma sociedade mais igualitária e democrática.

2.2 Educação Física Atualmente: a questão das tendências

De acordo com o PCN (BRASIL, 2000), a Educação Física é caracterizada pela forte concepção vinculada a prática esportiva, ou seja, nas aulas são trabalhados fundamentos seguidos de vivências em situações do jogo propriamente dito, o que é denominado por Ghiraldelli (1988) de competitivista.

Em algumas escolas há um aprofundamento técnico e tático, o que dá a impressão de que a Educação Física passa a ser voltada ao treinamento desportivo. Inclusive para o Coletivo de autores (1992), nessa tendência o papel do professor é o de técnico esportivo.

Não há como um aluno “jogar taticamente” sem dominar os fundamentos do esporte que está sendo ensinado. Sendo assim, os alunos frequentam as aulas de maneira desinteressada e descompromissada, porque eles dizem que não obtêm a performance desejada para tal modalidade. Consequentemente, há uma grande evasão por parte dos alunos das aulas de Educação Física, gerando certa desvalorização da disciplina. (BRASIL/PCN, 2000)

Ainda segundo o PCN (BRASIL, 2000), enquanto as outras áreas do conhecimento utilizam de diversas formas diferentes para conduzir as aulas, de modo que estas tornem-se mais atraentes para os alunos, através de metodologias diferenciadas; a área que é considerada “mais atraente” se limita aos fundamentos esportivos já conhecidos pela maior parte dos alunos.

Com isso, temos o esporte na escola e não o esporte da escola. O que significa que a escola está apenas reproduzindo as técnicas, táticas, rendimento, e

não criando novas formas de se trabalhar esse conteúdo dentro do âmbito escolar. (COLETIVO DE AUTORES, 1992)

Sendo assim, a Educação Física pode ser resumida em: rendimento esportivo, competição, regulamentação rígida, comparação de rendimento entre alunos, sucesso no esporte como sinônimo de vitória, entre outros.

Esse tipo de atividade acaba gerando uma relação entre os alunos e professores, como professor-treinador e aluno-atleta. Isso é fruto da visão tecnicista da Educação Física, muito presente desde a década de 1970. (DARIDO, 2003)

A Educação Física precisa encontrar uma identidade para sua prática, não dando ênfase total para a área da esportivização, mas pensando também como agente da cultura, produzindo e ressignificando suas práticas.

Além da visão esportivista, de acordo com Darido (2003) existem outras tendências surgidas a partir da década de 1980 que ainda influenciam o panorama da Educação Física na escola. São elas: Desenvolvimentista, Construtivista-Interacionista, Crítico-Superadora, Sistêmica, Psicomotricidade, Crítico-Emancipatória, Cultura, dos Jogos Cooperativos e Saúde Renovada.

Abordagem Desenvolvimentista

Nessa abordagem, o movimento é o principal componente da Educação Física. Sua função não é desenvolver capacidades que auxiliem a alfabetização e o pensamento lógico matemática, embora possa ocorrer através da prática motora.

Também não é buscar solução para os problemas sociais do país. As aulas de Educação Física nessa abordagem devem privilegiar a aprendizagem do movimento, embora possam ocorrer outras aprendizagens decorrentes da prática de habilidades motoras.

Abordagem Construtivista-Interacionista

No Brasil essa abordagem ganhou espaço e é apresentada como uma opção metodológica, em oposição às linhas de Educação Física anteriores.

Essa abordagem visa à construção do conhecimento através da interação do sujeito com o mundo. Sua principal vantagem é possibilitar uma integração com propostas pedagógicas amplas e integradas da Educação Física nos primeiros anos de educação formal.

Há a valorização da cultura e das experiências anteriores dos alunos, sendo uma alternativa oposta aos métodos tradicionais tão impregnados na Educação Física.

Abordagem Crítico- Superadora

Essa abordagem também é uma oposição ao modelo mecanicista, sendo discutida como uma das principais tendências.

Utiliza-se do discurso da justiça social como ponte de apoio, baseando-se no marxismo e neomarxismo. Além de valorizar a contextualização dos fatos e o resgate histórico.

Essa abordagem é fundamental porque possibilita ao aluno a compreensão de que a produção humana expressa uma determinada fase e que houve diversas mudanças ao longo do tempo.

Abordagem Sistêmica

Para essa abordagem, existe a preocupação de garantir a especificidade, na medida em que considera o binômio corpo/movimento como meio e fim da Educação Física escolar.

A função da Educação Física na escola não está restrita apenas ao ensino de habilidades motoras, sabendo que ela também é um dos objetivos da área, mas não o único a ser trabalhado nas aulas.

Abordagem da Psicomotricidade

Nessa abordagem, o envolvimento da Educação Física é com o desenvolvimento da criança, com o ato de aprender, com os processos cognitivos, afetivos e psicomotores, sendo assim, busca a formação integral dos alunos (Soares,1996). Busca valorizar os conhecimentos de origem psicológica, não apenas os limites biológicos e de rendimento corporal.

Abordagem Crítico-Emancipatória

Esta abordagem denominada crítica ou progressista passou a questionar o caráter da Educação Física, propondo um modelo de superação das contradições e injustiças sociais. Sendo assim, a Educação Física escolar crítica estaria relacionada às transformações sociais, econômicas e políticas, tendo em vista a superação das desigualdades sociais.

Abordagem Cultural

Esta visão naturaliza e universaliza o corpo humano, entendendo-o como um conjunto de ossos, músculos e articulações. Assim, todos os corpos são considerados iguais, devido ao fato de possuírem os mesmos componentes, e as aulas de Educação Física devem ser as mesmas para todos os alunos.

Segundo Daólio (1995, apud Darido, 2008), o professor de Educação Física está inserido num contexto cultural repleto de representações sobre o mundo, o corpo e a escola. A autora sugere ainda que o ponto de partida da área seja o repertório corporal, uma vez que toda técnica corporal é uma técnica da cultura, ou seja, não existe técnica melhor ou mais correta.

Abordagem dos Jogos Cooperativos

Essa abordagem está relacionada à valorização da cooperação em relação a competição. O autor ainda entende que há um condicionamento das pessoas através da família, escola, mídia, para fazer com que eles aceitem a competição como opção natural.

Abordagem da Saúde Renovada

Segundo Guedes & Guedes (1996), uma das principais preocupações da comunidade científica nas áreas de Educação Física e saúde pública é levantar alternativas para combater os distúrbios orgânicos gerados pela falta de atividade física.

Como proposta, surgem as redefinições da Educação Física escolar, agora com o papel de promover a saúde, ou a indicação para um estilo de vida ativo proposto por Nahas (1997).

2.3 Orientações para a Educação Física: A questão da cultura corporal

De acordo com Darido (2002), a educação física atualmente deve trabalhar a cultura corporal em um sentido mais amplo, com isso introduzir o aluno nessa esfera, criando um cidadão que irá produzir, reproduzir e transformar essa cultura.

Segundo Darido (2002), esse aluno deve obter formas de participar de qualquer atividade de jogos, esportes, danças, lutas e ginásticas, possibilitando sua habilidade crítica à cidadania e da melhoria da qualidade de vida.

Além disso, de acordo com a autora, no Ensino Médio, se repete a ideia de prática dos fundamentos de alguns esportes e execução das técnicas esportivas. É como se a Educação Física se restringisse apenas a isso. Não se trata de desprezar essas práticas no contexto escolar, mas de ressignificá-las. Há um vasto campo de aprendizagens a serem conhecidas e conquistadas, bem como as formas de atuação do professor na condução do ensino, tendo em vista uma formação renovada e com novas proposições para a Educação Física no Ensino Médio.

Nesta fase de ensino, a Educação Física tem características próprias, que devem considerar as vivências dos alunos, as novas propostas de educação e também a nova feição que se deseja para essa disciplina ao final de formação básica. (DARIDO, 2002)

De acordo com as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL, 2006), a disciplina de Educação Física como qualquer outra, é construída através de processos de negociação e disputas de valores, concepções e perspectivas.

Como toda disciplina do currículo escolar, a definição do papel da Educação Física se dá pelas negociações e disputas entre os professores e também travada por outros atores da escola. Vários papéis já foram atribuídos à Educação Física: preparação do corpo do aluno para o mundo de trabalho, eugeniação e assepsia do corpo, busca de uma “raça forte e energética”, formação de atletas, entre outros já citados anteriormente. (BRASIL, 2006)

Segundo as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL, 2006), o entendimento que o aluno tem de si mesmo, do seu próprio corpo e do corpo dos

outros; dos seus valores éticos e estéticos; de seus projetos pessoais e o papel que ele tem dentro deles, tudo isso está ligado à Educação Física, formando assim seu papel dentro do currículo escolar e na vida do aluno.

De acordo com esse documento, dentre todas essas possibilidades de uso da Educação Física na escola, cabe uma tomada de decisão acerca da contribuição dessa disciplina na formação dos alunos. Essa tomada de decisão é algo que vem sendo debatido desde o final da década 1980, porque ainda não houve na área um consenso.

Tratar sobre o lugar da Educação Física na escola requer algumas considerações e pontos de partidas fundamentais para a sua compreensão. O ponto de partida é entender como as práticas corporais estão ligadas aos processos educativos. Essas práticas corporais passam a ser mais uma linguagem dentro das existentes na leitura do real, que não é melhor nem pior, mas sim diferentes e com métodos e técnicas particulares. (BRASIL, 2006)

As Orientações Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL, 2006) descreve que as práticas corporais possuem valores nelas mesmas, sem a necessidade de serem “traduzidas” para outras linguagens a fim de obterem o seu reconhecimento. Estão relacionadas diretamente com a formação estética do aluno e suas sensibilidades. Por meio delas retratam o mundo em que vivem, seus sentimentos, preconceitos, valores culturais, entre outros.

Segundo esse documento, os saberes que são tratados na Educação Física nos faz pensar que existem diversas formas de apreender e intervir na realidade escolar e que deve ser valorizada numa perspectiva maior de formação.

Ainda de acordo com as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL, 2006), a Educação Física possui particularidades em relações às outras disciplinas do currículo escolar. Trata-se de um componente que contribui para a formação de um cidadão, mas com instrumentos e conhecimentos diferenciados daqueles chamados tradicionais do universo escolar. Para isso se faz necessário um ambiente amplo, arejado, protegido do excesso de sol e de chuva, materiais apropriados para o trabalho com diferentes propostas e temas.

De acordo com as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL, 2006), o que se espera é que o aluno possa vivenciar o máximo de práticas

corporais possíveis. Ao vivenciarem essas construções e vivências coletivas dessas práticas, estabelecem relações individuais e coletivas, sempre tendo como o pano de fundo o corpo em movimento.

Assim, o objetivo é que esses alunos adquiram maior autonomia na vivência, elaboração, criação e organização dessas práticas corporais, e possam ser críticos a ponto de analisá-las quando forem espectadores dessas atividades.

Segundo o documento, espera-se que todos os saberes trabalhados na Educação Física possam preparar os alunos para uma participação política em relação à organização de espaços e recursos públicos para a prática de esportes, ginásticas, danças, lutas, jogos populares, entre outros.

De acordo com as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL, 2006), “dessa forma, a Educação Física no currículo escolar do ensino médio deve garantir:

Acúmulo cultural que tange à oportunização de vivências das práticas corporais;

- Participação efetiva no mundo do trabalho no que se refere à compreensão do papel do corpo no mundo de produção, no que tange ao controle sobre o próprio esforço e do direito ao repouso e ao lazer;
- Iniciativa pessoal nas articulações coletivas relativas às práticas corporais comunitárias;
- Iniciativa pessoal para criar, planejar e buscar orientações para suas próprias práticas corporais;
- Intervenção política sobre as iniciativas públicas de esporte, lazer e organização da comunidade nas manifestações, vivência e na produção de cultura.” (ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO, 2006, p. 225)

Segundo a Proposta Curricular do Estado de São Paulo (2008), é pensando na dinâmica cultural que se deve pensar a finalidade da Educação Física escolar, com a correspondente transformação em sua ação educativa.

De acordo com o documento, o enfoque cultural ganhou relevância na Educação Física por levar em conta as diferentes manifestações culturais dos alunos em variados contextos e por pregar a pluralidade de ações.

Assim, segundo a Proposta Curricular do Estado de São Paulo (2008), entende-se que a Educação Física deve trabalhar com os conteúdos relacionados

ao movimentar-se, visto que o ser humano foi construindo ao longo do tempo conhecimentos ligados ao uso do corpo e ao conceito de movimentar-se.

É nesse sentido, que a Proposta Curricular afirma que a Educação Física trabalha a cultura em diferentes aspectos corporais, que se expressa de diferentes formas, dentre elas os jogos, a ginástica, a dança e atividades rítmicas, as lutas e os esportes.

No ensino da Educação Física, pode-se partir do variado repertório de conhecimentos que os alunos já possuem sobre diferentes manifestações corporais e de movimentos, buscando ampliá-los, aprofundá-los e qualificá-los criticamente. Sendo assim, proporcionar ao aluno ao longo da sua escolarização e após ela, a vivência e participação em jogos, esportes, ginástica, lutas, e atividades rítmicas. (SÃO PAULO, 2008).

Pensando em colocar a Educação Física no mesmo patamar que as outras disciplinas escolares, Gonzáles (2006) declara que ela como “componente curricular responsável pela apreensão (no sentido de constatação, demonstração, compreensão explicitação) de uma dimensão da realidade social, na qual o aluno está inserido”, que se denominou cultura corporal de movimento, com o propósito de fazer com que o aluno atue de forma autônoma, crítica e criativa nessa dimensão social. (GONZÁLES, 2006).

3 CURRÍCULO DO ESTADO DE SÃO PAULO: CRÍTICAS E VANTAGENS

3.1 Críticas ao Currículo do Estado de São Paulo

3.1.1 Documento autoritário, falta de recursos materiais e de formação

Segundo Lorenzato e Fernandes (2009), o ponto comum nas reclamações dos professores acerca da proposta curricular é que não houve a participação dos docentes no processo de discussão e implementação do currículo na rede estadual. Os docentes são considerados meros implementadores dessa proposta, apenas com participação no final do processo.

Além disso, segundo os autores essa proposta mostra-se articulada a uma política educacional sustentada pela aplicação de avaliação do rendimento em larga escala e também ao bônus-merecimento dado ao professor.

Nos estudos de Lorenzato e Fernandes (2009), alguns professores reclamam que a Proposta Curricular do Estado de São Paulo foi imposta e não proposta. Alegaram também que os Cadernos desestimulam os professores experientes, competentes e criativos, porque são obrigados a cumprir o que é imposto. Outro ponto presente nas reclamações é que despreza o professor, dando a tarefa de mero repetidor dos conhecimentos.

Na concepção de Lorenzato; Fernandes (2009), os professores são considerados sim, meros implementadores da proposta. Segundo Melo (2005, apud Lorenzato; Fernandes, 2009), os professores são aqueles que tem participação apenas no final do processo, como executadores.

De acordo com Saviani (2009), as políticas curriculares têm dado aos docentes o último lugar na tomada de decisão, apenas na execução das atividades prescritas. Raramente eles têm acesso aos fundamentos teóricos e políticos das propostas apresentadas.

Segundo Freitas (2009), a proposta curricular dá ênfase na operacionalização pelo controle do professor.

Silva (2007) aponta que mediante a inter-relação de saberes, identidade e poder, são escolhidos conhecimentos e valores considerados adequados para as pessoas atuarem no mundo. É do conhecimento que, para se concretizar esse

projeto do currículo, aqueles que detêm o poder de decisão sobre ele, validam e legitimam conteúdos e atividades de ensino.

No estudo de Darido; Galvão (2011), ficou evidente na fala dos professores de Educação Física que há falta de recursos materiais e de formação para implementarem a proposta curricular como ela foi recebida. Sendo assim, não dá para exigir dos professores melhores e novas formas de atuação se as condições práticas para seu funcionamento são retiradas.

Freitas (2009), do mesmo modo que Darido; Galvão (2011), discorda da maneira como o processo vem sendo realizado, dos princípios norteadores e do controle do professor. O autor insiste que é necessária uma melhoria nas pré-condições do trabalho docente e das condições em geral das escolas, ou seja, reduzindo o número de alunos por sala, contratar professores através de concursos, melhorar a infra-estrutura escolar, caso contrário nada adiantaria a formação inicial e continuada se os professores não tem condições de aplica-las. O autor também discute sobre o descaso total que a proposta tem em relação às experiências dos professores, sobre o saber docente.

Outra autora que vai no mesmo sentido que as reivindicações dos professores é Saviani (2009). Ela diz que é necessário o envolvimento do professor na elaboração do currículo escolar. A autora ainda ressalta que é comum atualmente ouvir os professores nas pesquisas acadêmicas, então porque não fazer isso também na elaboração, implementação e avaliação das políticas curriculares?

Neira (2010) também vai por esse caminho, expondo a necessidade de uma reflexão sobre o que é ensinado no currículo, a quem pertence os conhecimentos neles aplicados, e quem legitima a participação e quais a negam.

3.1.2 O Currículo: a não consideração do contexto do professor e do aluno

De acordo com Lorenzato e Fernandes (2009), pensar sobre a qualidade do ensino nas escolas públicas é um ponto fundamental nesse processo, porque muitos professores tem reclamado da desvalorização da profissão, alegando que nada servem seus saberes didáticos e pedagógicos, porque tudo veio pronto e acabado.

O mesmo autor aponta que a qualidade da educação depende e muito da valorização dos professores, não somente no sentido financeiro, mas também dar créditos a eles, permitindo participar do processo de implementação do novo currículo, permitir que compartilhem com outros professores seus métodos didáticos e pedagógicos, entre outros fatores que façam com que se sintam mais valorizados e motivados com sua atuação profissional.

Indo pela mesma linha de pensamento, Saviani (2009), afirma que o currículo é uma construção social, em que os professores redefinem a programação, segundo as diferenças de cada turma, para desenvolver e alterar de acordo com as respostas dos alunos. Devido a isso, o melhor jeito de formar um currículo é envolver os professores em sua elaboração.

Daólio (2002) considera um erro todas as escolas trabalharem com o mesmo currículo inflexível e fechado, desconsiderando o contexto em que está inserido o professor e o aluno. Devido a isso, contesta a sistematização de conteúdos na Educação Física iguais as demais disciplinas. O autor ainda completa dizendo que esse tipo de currículo não respeita a tradição história e a dinâmica cultural dos alunos, ou seja, há uma desvalorização do conhecimento e da técnica que o aluno já possui.

Darido; Galvão (2011) entendem que as desvantagens se encontram na adaptação de uma nova fórmula, ou seja, na adequação do currículo que é atual, o que tem provocado conflitos com as práticas existentes, o professor não se sente com liberdade, muita teoria para o aluno que não está acostumado às reflexões teóricas em educação física, e com vocabulário complexo com termos novos e diferentes.

Ainda de acordo com essas autoras, ao questionarem os professores sobre as possibilidades e sugestões para melhoria do material didático, as que mais apareceram são: a participação dos professores na elaboração do material, uma melhor capacitação para poder trabalhar com essa nova proposta e melhoria nas condições de trabalho.

Segundo Silva (2007), a escolha dos conteúdos privilegiam quem tem o poder, selecionando conhecimentos e valores considerados adequados para as pessoas trabalharem. As pessoas que detêm o poder, escolhem, validam e legitimam os conhecimentos e atividades de ensino.

Segundo Bernstein (1998), de acordo com o quadro atual, os alunos indicarão que a instituição educativa e os órgãos administrativos são os únicos capacitados a definir o que e o como ensinar, já que eles não fazem parte dessa construção.

Partindo pela mesma ideia, Neira (2010) acredita que um currículo centrado no poder desencadeará um sentimento de superioridade nos representantes da elite e de inferioridade nos demais, no caso os alunos e professores. Devido a isso, vemos o sentimento de fracasso nos indivíduos que não se reconhecem no currículo.

Segundo o autor, esse currículo uniforme vai contra os interesses e necessidades dos alunos da escola. A consequência disso é o silenciamento dos alunos menos favorecidos em razão da sua condição social.

Concluindo, o currículo deveria ser menos autoritário, já que faz o professor ser apenas um implementador dos conteúdos presentes. Outras reclamações presentes na literatura são a falta de material e de formação profissional para trabalhar os diversos conhecimentos apresentados pelo documento.

Entende-se que seria mais interessante para o Currículo de São Paulo considerar o contexto tanto do professor quando do aluno, pois faria com que o professor fosse mais valorizado e também pudesse contribuir na elaboração do material com suas experiências e métodos didáticos, já que ele está inserido dentro do próprio âmbito escolar. Ao considerar o contexto do aluno faria com que ele sentisse mais prazer em participar das aulas de Educação Física, porque valorizaria suas experiências, vivências, conhecimentos e habilidades já adquiridas.

3.2 Vantagens do Currículo do Estado de São Paulo

3.2.1 Sequência didática significativa

De acordo com Silva; Chede (2009), esses documentos norteadores, como é o caso do Currículo de São Paulo, apresentam vantagens como o de serem elaborados com uma sequência didática significativa, organizado conforme os problemas concretos dos alunos e importantes para sua vida pessoal e social.

Os documentos dão um enfoque na aquisição de atitudes por parte dos alunos, fazendo com que interpretem os fenômenos de forma mais criteriosa do que o senso comum.

Ainda segundo Silva; Chede (2009), também há uma preocupação na articulação do currículo com temas da atualidade e a abordagem por meio de diferentes linguagens, como por exemplo, gráficos, tabelas, etc. Possui uma metodologia investigatória, ou seja, faz com que o aluno experimente, sensibilize, pesquise, interprete textos, entre outras.

Para isso, é necessário um professor dinâmico e hábil para administrar os conflitos que surgirão nas aulas e, além disso, que tenha amplo domínio dos conteúdos.

3.2.2 Materiais didáticos

Nos achados de Darido et al. (2010), foi descrito que o material didático está intimamente ligado ao processo de aprendizagem dos alunos, devendo ser elaborado e produzido com a intenção de colaborar com as necessidades de planejamento, intervenção e avaliação do professor, bem como de contribuir para o aprendizado dos estudantes. Considerando assim, o material didático como um conjunto de manuscritos produzidos para os professores e para os alunos.

Partindo do mesmo ponto de vista, Munakata (2003) afirma que ler/usar o livro didático é necessário ocorrer pelo professor e aluno, se houver uma dessas ausências ocorre a descaracterização do material.

De acordo com Gaspari et al. (2006), os professores de Educação Física sentem falta de um material didático específico para essa área. Segundo Caparroz (2001), é fundamental conhecer as possibilidades e limitações que envolvem o contexto de ensino-aprendizagem nas aulas de Educação Física escolar, de forma que consiga construir e implantar uma educação de qualidade. Pode-se considerar que o Currículo do Estado de São Paulo pode auxiliar o professor como um tipo de material didático, ou seja, de apoio à sua prática pedagógica.

Retornando as ideias de Darido et al. (2010), a complexidade do processo educativa faz com que o professor tenha necessidade de recursos e instrumentos que auxiliem na função de educar. São necessários materiais que estejam à

disposição do professor, que incentivem a sua criatividade e a diversificação de suas estratégias de ensino-aprendizagem.

Darido; Galvão (2011) entendem que os pesquisadores da Educação de modo geral, e em particular a Educação Física, necessitam enfrentar urgentemente a questão do livro didático. Os livros podem ser considerados, atualmente, como uma das estratégias metodológicas mais utilizadas pelos professores, podendo até ditar a atividade do mesmo.

3.2.3 Necessidade de sistematização na Educação Física

De acordo com Antunes; Dantas (2010), a sistematização é compreendida como um conjunto de princípios nos quais são entrelaçados de uma forma lógica, formando um todo harmônico.

Continuando a ideia dos autores, nota-se que no Brasil há uma grande ausência de iniciativas de desenvolvimento e estruturamento dos conteúdos possíveis da Educação Física, e quando ocorre isso, não está explicitado como esse conhecimento foi elaborado e/ou sistematizado. O Currículo de São Paulo foi o primeiro a apresentar uma sistematização organizada e detalhada para a Educação Física.

Segundo Darido (não publicado), a Educação Física realiza uma seleção no interior da cultura acerca dos conteúdos que serão transmitidos aos alunos. Para haver essa seleção, é necessária a construção de um currículo por especialistas em união com os professores, ou somente pelos professores individualmente, através do contexto escolar.

Arroyo (2008) aponta que o currículo, os conhecimentos, sua sequência e ordem, ou seja, toda sua sistematização, são fundamentais para o cotidiano escolar, das relações entre educadores e educandos.

Souza Junior (2009) aponta que a falta de sistematização é um dos alvos constante de reclamações de professores e entendida como um dos fatores responsável pela desvalorização da disciplina dentro do ambiente escolar, assim o Currículo de São Paulo pode favorecer a qualidade da Educação Física na escola.

Voltando às ideias de Darido (não publicado), está havendo uma grande quantidade de publicações de propostas curriculares, como por exemplo, os

materiais didáticos lançados pelo Estado de São Paulo. Esse material propõe uma organização dos conteúdos de Educação Física ao longo das séries, mas, são produzidos de acordo com as experiências de seus elaboradores e não em resultados de pesquisas e estudos sobre qual é a melhor forma de sistematizar esses conteúdos.

Outro autor que se posiciona favoravelmente a sistematização de conteúdos é González (2006). O autor diz que a Educação Física como componente curricular obrigatório é responsável por um campo do saber, por isso é necessário explicitar e apresentar o conjunto de conhecimentos e como eles são organizados.

Kunz (1994) entende que a elaboração de um programa mínimo pode colaborar com a organização interna da disciplina, um programa baseado na complexidade e com objetivos definidos para cada série escolar.

Os professores que atuam nas escolas públicas e privadas, em contato informal, têm se posicionado a favor da sistematização de conteúdos, alegando que facilita a aprendizagem dos alunos, nos casos em que há mudanças de escola. Com isso, acreditam que essa sistematização pode proporcionar maior credibilidade ao trabalho do professor e as propostas que buscam ampliação dos conteúdos.

De acordo Darido (não publicado), de modo geral, estudos já feitos identificam dificuldades dos professores na sistematização de conteúdos por diversos motivos, e um grande aumento da qualidade de ensino quando os atores escolares são chamados para refletir sobre o processo coletivo de sistematização escolar.

Freitas (2009) apoia a existência de um currículo que sirva de parâmetro para nortear o trabalho pedagógico nas escolas em geral.

Darido; Galvão (2011) entendem que levando o material didático como um “apoio” para o planejamento dos professores ele passa a ser bastante interessante, o problema é quando o uso desse material torna-se obrigatório para os professores, como esse proposto pela Secretaria em São Paulo. O grande problema é que esse documento chegou a escola com a obrigatoriedade de ser seguido, e não com o intuito de dar um apoio e uma base ao professor da rede pública.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente estudo foi avaliar os discursos presentes na literatura a respeito do Currículo do Estado de São Paulo, especificamente a proposta de Educação Física. Para isso, foi realizada uma análise das produções da área nas temáticas: propostas curriculares, Educação Física escolar e sistematização de conteúdos.

De acordo com Neira (2010), os estudos culturais não são instrumentos técnicos, neutros ou desvinculados das construções sociais. O currículo é planejado para proporcionar organização, controle, eficiência e regulação da sociedade. O currículo não é apenas uma forma de transmissão cultural, mas uma forma de inserir o aluno dentro desse ambiente cultural. Os estudos culturais tendem a entender o currículo com base no aluno que é o sujeito no processo de formação.

Ainda segundo Neira (2010), o currículo de Educação Física tende a posicionar o aluno como produtor de transformações sociais e contribuir com a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Para Garcia (1995), ao situar no currículo os conhecimentos que os alunos trazem quando chegam à escola, os professores reconhece-os como detentores de conhecimento, sujeitos capazes. Essa capacidade para também apropriar de novos conhecimentos que a escola pode e deve oferecer.

Foram encontrados vários referenciais teóricos que apresentavam diversas vantagens e desvantagens a respeito do Currículo do Estado de São Paulo.

As principais desvantagens verificadas quanto ao Currículo do Estado de São Paulo são as seguintes:

- O documento é considerado autoritário, pois o professor recebe a proposta pronta e acabada;
- Faltam recursos materiais para trabalhar os temas propostos;
- Falta de formação profissional para os professores efetivamente terem condições de implementarem o currículo;
- O currículo não considera o contexto do professor e do aluno.

As principais vantagens encontradas foram:

- Há uma sequência didática significativa no Currículo;
- Os materiais didáticos são fundamentais para os professores e para os alunos;
- Necessidade de sistematização dos conteúdos na área de Educação Física.

REFERÊNCIAS

ANTUNES F. H. C.; DANTAS, L., Sistematização do conhecimento declarativo em educação física escolar de 5a à 8a séries do ensino fundamental, **Revista brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.24, n.2, p.205-221, abr./jun. 2010.

ARROYO, M. G. **Educandos e Educadores: seus direitos e o currículo**. Currículo, conhecimento e cultura. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, Brasília, 2008.

BERNSTEIN, B. **Pedagogia, control simbólico e identidad**. Madrid: Morata, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília, 2006. Orientações Curriculares para o ensino médio; v1.

CAPARROZ, Francisco Eduardo. Discurso e prática pedagógica: elementos para refletir sobre a complexa teia que envolve a educação física na dinâmica escolar. In. CAPARROZ, Francisco Eduardo (Org.). **Educação Física escolar: política, investigação e intervenção**. Vitória: Proteoria, 2001.

DAOLIO, J. **A cultura da/na Educação Física**. 2002. 112 f. Tese (Livre docência) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

DARIDO, S. C. **Educação Física na Escola: Questões e Reflexões**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 2008.

DARIDO, S. C. **Sistematização/Organização dos conteúdos de Educação Física Escolar: alguns apontamentos**. Rio Claro, 2012. No prelo.

DARIDO, S. C.; GALVÃO, Z.; RANGEL, I. C. A. Proposta curricular do Estado de São Paulo, organização dos conteúdos da educação física e a opinião dos

professores. In: VII Seminário Internacional de Educação Física, Lazer e Saúde, 2011, Braga - Portugal. **Anais do VII Seminário Internacional de Educação Física, Lazer e Saúde**, Braga, Portugal: [s.n.], 2011. p. 545-559.

DARIDO S. C.; IMPOLCETTO, F. M.; BARROSO, A. L. R.; RODRIGUES, H. A. Livro didático na Educação Física escolar: considerações iniciais, **Revista Motriz**, Rio Claro, v.16 n.2 p.450-457, abr./jun. 2010

FINI, M.I. (Coord.). **Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Educação Física**. São Paulo: SEE, 2008.

FREIRE, J. B.; SCAGLIA A. J. **Educação como prática corporal**. São Paulo: Scipione, 2004.

FREITAS, L.C. Políticas de Avaliação no Estado de São Paulo: O controle do professor como ocultação do descaso. **Revista Educação e Cidadania**, v.8, n. 1, 2009.

GARCIA, R.L. Currículo emancipatório e multiculturalismo: reflexões de viagem. In: SILVA, T.T.; MOREIRA, A.F. (Orgs.). **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis: Vozes, 1995. p.114-43.

GASPARI, Telma Cristiane; SOUZA JUNIOR, Osmar; MACIEL, Valéria; IMPOLCETTO, Fernanda Moreto; VENÂNCIO, Luciana; ROSÁRIO, Luiz Fernando; IÓRIO, Laércio; TOMAZZO, Aline; DARIDO, Suraya Cristina. A realidade dos professores de Educação Física na escola: suas dificuldades e sugestões. **Revista Mineira de Educação Física**, v. 14, p.109 - 137, 2006.

GONZÁLEZ, F. J. Projeto curricular e Educação Física: o esporte como conteúdo escolar. In: REZER, Ricardo (org). **O fenômeno esportivo: ensaios críticos – reflexivos**. Chapecó: Argos, 2006.

KUNZ, E. **Transformação Didático-Pedagógica do Esporte**. Ijuí: Unijuí, 1994

LORENZATO, S.; FERNANDES, F. Alguns indicadores referentes à área de Matemática. **Revista Educação & Cidadania**, Campinas, v.8, n.1, p. 89-97, jan/jul 2009.

MARQUES, D. M.; MOURA, M. R. L.; SANTOS, A. A. Dos.; SILVA, P. L. **Reformas educacionais e a proposta curricular do Estado de São Paulo: primeiras aproximações**, 2008. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/files/TulQa8fu.doc. Acesso em: 22 mar. 2012

MOREIRA, W. W. **Educação Física escolar: uma abordagem Fenomenológica**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

NEIRA, M. G. Análises das representações dos professores sobre o currículo cultural da Educação Física. **Interface: Comunicação, Saúde e Educação, Botucatu**, v.14, n. 35, p. 1-18, out./dez. 2010.

MUNAKATA, Kazumi. Investigações acerca dos livros escolares no Brasil: das idéias à materialidade. In: VI Congresso Iberoamericano de História de la Educación Latinoamericana. San Luis Potosí. **Anais do VI Congresso Iberoamericano de História de la Educación Latinoamericana**, ISBN 998-7727-7-X, 2003.

SILVA, J.D.da; CHEDE, R. A. F. V. Implementação Curricular de Ciências: Esboço de uma problemática, **Revista Educação & Cidadania**, Campinas, v.8, n.1, p. 99-106, jan/jul 2009.

SAVIANI, N. Políticas Curriculares: Elementos para a discussão da estrutura e organização do currículo para a rede estadual de educação de São Paulo, **Revista Educação & Cidadania**, Campinas , v. 8, n. 1, p. 29-36, jan/jul 2009.

SILVA, T.T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SOUZA, JR. M. Saberes escolares e Educação física: o currículo como teoria e prática pedagógicas. Hermida, J. F. (Org). **Educação Física: conhecimento e saber escolar**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

SOARES, C. L. et al. (COLETIVO DE AUTORES) **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.